

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
Referente ao Edital do Programa Institucional de Iniciação Científica IC
UPE 2017

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

SUBALTERNIDADE DE GÊNERO:
DESCRIÇÃO DAS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DO
CAMPO NO MUNICÍPIO DE PALMARES, PERNAMBUCO, 2014-2016

Professor/orientador: Dr. Fabio Alves Ferreira

Estudante vinculada: Sandry Ellem Terezinha

1. Realidade, Teoria e análise de mulheres vítimas de violência doméstica da Mata Sul de Pernambuco

A mulher rural é observada por um viés na maior parte dos casos de subalternidade pois se encontram silenciadas perante as ideias coloniais impostas na comunidade, onde as mesmas não conseguem se posicionar mediante as dificuldades para assim enfrenta-las.

Gayatri Spivak (2010) retrata as questões de representações dos sujeitos de terceiro mundo do contexto ocidental, chamando atenção dos intelectuais para hostilizar a subalternidade apresentada. Ela relata que essas pessoas subalternizadas se encontram nas “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da apresentação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.”(Spivak ,2010, p.12).

São estas margens que configuram sujeitos habitando locais culturalmente silenciosos. Aqueles(as) cujas demandas não são atendidas. Nem mesmo tem expressão

para provocar qualquer alteração na realidade social. Não é somente uma violência pela ausência de capital econômico, mas também uma violência epistêmica. Esta, segundo a perspectiva da autora usada como referência para entender o caso das mulheres que sofreram violência no município de Palmares, constrói o outro como indivíduo colonizado, não existindo nenhum subalterno que consiga expressar sobre si mesmo.

Quando se analisa as posições de poder, observa-se as desigualdades existentes, onde é visto claramente o efeito colonial engendrado na sociedade. Nesta configuração fica evidente a importância da marcação de identidade periférica para articular a luta dos trabalhadores e trabalhadoras no extermínio do poder opressor do capital, mas também na construção de uma cultura e saberes descoloniais. Spivak se relaciona em Foucault um poder que satisfaz os desejos da classe dominante; indo além do Estado e da exploração contida pelo sistema, “o poder é mais difuso do que a estrutura da exploração e a formação do Estado”. (Spivak, 2010, P.42).

As ideias pós-coloniais trazem a necessidade desses posicionamentos para que os mesmos tenham voz e vez na sociedade, onde, essas pessoas especificamente as mulheres que se encontram nas margens social que, segundo Spivak, “não pode falar e quando tentam fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (Spivak, 2010, p.15). Neste sentido, há uma importância nas agências como um local de intermediações, pois confrontar não é um tipo de enfrentamento a violência, servindo as agências para que os subalternos possam se posicionar, abrindo portas para um cenário mais fluído, à fala e a articulação para esses sujeitos serem também ouvidos, dando-os autonomia nos mesmos espaços que causam sua exclusão.

O feminismo ocidental vem reforçando a opressão que as mulheres colonizadas são submetidas. Opressão que as coloca na obrigação de compreender seu projeto feminista que de modo doutrinário não analisa as peculiaridades de todas as mulheres. Assim não representam as mulheres subalternas da sociedade, visibilizando apenas as mulheres da classe dominante e obscurecendo a mulher pobre e negra não apontando alternativas que contemplem a diversidade de opressão e de mulheres que sofrem.

É possível observar a violência contra as mulheres desde o escravismo, no feudalismo e em diversos momentos da história brasileira. Assim, ficando explícitos acontecimentos que colocam as mesmas em subalternidade. De acordo com Spivak (2011) o gênero feminino é mais submisso a marginalidade, pois são vistas com um olhar distinto

entre brancas ou negras, pobres ou ricas. Isso faz com que a mulher negra e pobre continue nas margens das sociedades excludentes, já que o feminismo ocidental não as representa. O feminismo pós-colonial vem colocando para sociedade um modelo diferenciado de inferioridade, quebrando ideias primárias de desigualdades existentes.

A maior dificuldade encontrada para que as mulheres vítimas de violência (seja ela psicológica, sexual, física ou moral) denunciem seus agressores é a falta de renda própria. Todos os casos analisados nesta pesquisa, apontaram para o fato de que as mulheres eram dependentes de seus agressores, não tendo possibilidades de sair dessa obscuridade, visto que na maioria dos casos se tem crianças e sofrem ameaças.

Além disso, algumas vítimas também têm a esperança de que ocorram mudanças no comportamento dos agressores, que é mais um obstáculo para evitar a denúncia. Outro agravante é a dificuldade de acesso a uma delegacia específica. Uma delegacia da mulher ou um batalhão, para que assim seja possível a liberação necessária para ações do CRASS e do CRESS de modo a inseri-las em programas sociais, possibilitando melhores condições de vida e maior autonomia entre elas.

Diante das diversas formas de violência sofrida pelas mulheres, o opressor constrói a inferiorização ainda maior enquanto ser mulher, oprimindo-a e subalternizando-a através do silenciamento da mesma, assim prevalecendo a opressão colonizada que é existente na nação, inclusive na realidade brasileira.

A violência ultrapassa os danos individuais na vida destas mulheres. O que nos esforçamos para argumentar aqui é que tal violência já se tornou uma cultura patriarcal e machista, sendo algo naturalizado na sociedade. A violência nas áreas rurais teve uma visibilidade mediante a luta das mulheres por sindicalização e pela construção de um movimento autônomo de mulheres rurais em diálogo com o feminismo.

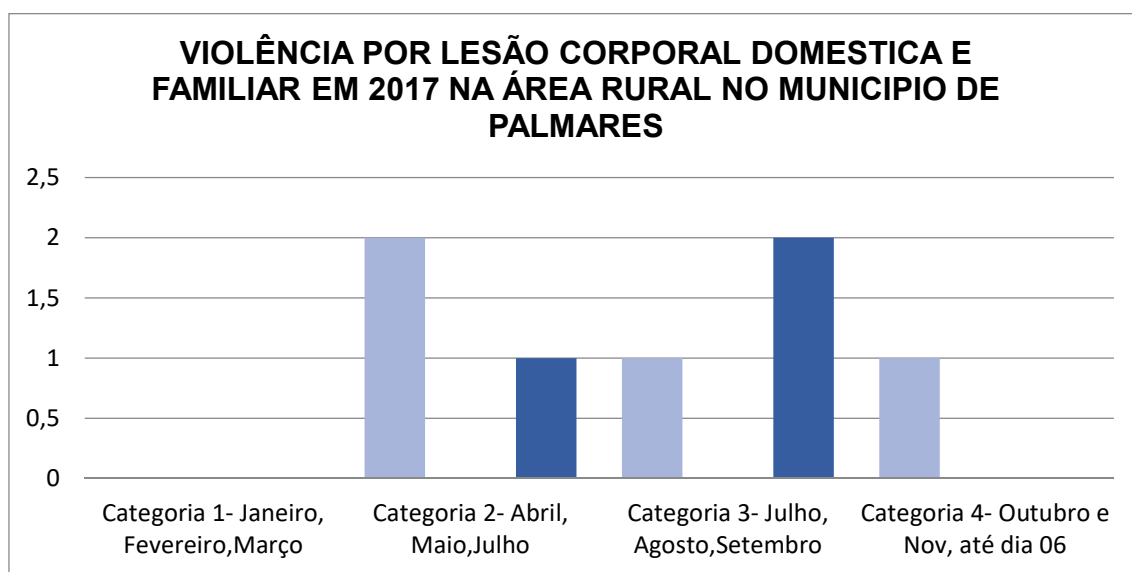
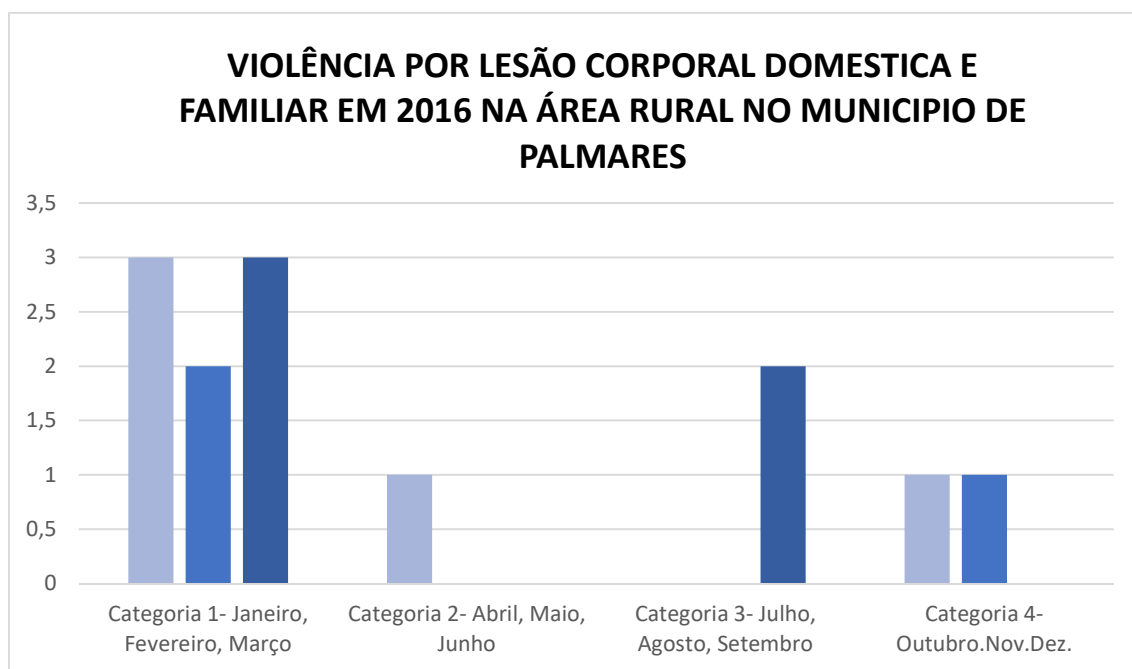
A partir de 1984, surgiu a Lei Maria da Penha. Isso ajudou definitivamente na visibilidade da agressão doméstica. O objetivo desta lei é a garantia da proteção à mulher vítima de violência e a punição do agressor, sendo essa prática vista como um crime, tendo penalidades impetradas ao praticante da violência. Uma das grandes conquistas da lei foi a articulação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, onde esses poderes e vários níveis de governo têm que prestar serviços e atendimentos, garantindo a segurança e o bem-estar das mulheres.

Gayatri Spivak discorre sobre a opressão que a mulher sofre pelo simples fato de “ser mulher” em uma nação colonizada. Essa condição subalterna coloca tais mulheres numa condição de dependência de mediadores. Um possível caminho para alteração desta condição é a tomada de consciência de que tal lugar de opressão não é natural. A mulher camponesa da Mata Sul de Pernambuco, conforme as sugestões conceituais de Spivak, para que seja considerada ator legítimo de reivindicação, precisa ter a ciência de que é subalternizada e/ou silenciada para então, fazer o enfrentamento, mediante as violências vivenciadas pelas mesmas.

Como pudemos perceber pela análise das denúncias de violência, a mulher que mora na zona rural da Mata Sul está ainda mais submersa a essa realidade à medida que enfrenta diversas situações de violência como agressão física, psicológica, patrimonial, moral e sexual. E, ainda mais, não tem condições necessárias para que a denúncias contra tais violências sejam efetuada. Um grande exemplo dessa realidade pode ser encontrado no município de Palmares, onde a pesquisa se baseia.

No município de Palmares, Mata Sul Pernambucana, não se tem uma delegacia própria da mulher para que elas consigam ter um atendimento devido e específico. Todas as denúncias de violência contra mulher são efetuadas no 10 Batalhão. Segundo informações e dados coletados do mesmo, percebe-se o quanto as mulheres rurais têm receio de fazer as denúncias, por questões de ameaças, dependência e medo. Mas as que conseguem chegar no local das denúncias as fazem e são ouvidas. O índice quantitativo dessas ocorrências no campo é mínimo. Vale ressaltar que, na prática, compreende-se que existe bem mais atos do que quando se faz a análise dos mesmos e não consta no gráfico os flagrantes feitos na região da zona rural e sim, as denúncias prestadas pelas vítimas.

Observemos o gráfico:



Verifica-se ao fazer o comparativo dos dois anos abordados, o déficit de ocorrências. A verdade é que a realidade empírica apresenta um número muito maior de agressões, entretanto estas agressões não são denunciadas nos órgãos competentes. Ou seja, quase não encontramos denúncias não porque não existam e sim, pela opressão sofrida por essas mulheres que, pelas razões já apontadas, são emudecidas. Desta maneira, não há denúncias na maior parte dos meses.

Nos relatos das vítimas do campo conseguimos verificar o quanto elas se sentem submissas aos seus opressores, como fica evidente no seguinte relato encontrado nos prontuários arquivados no Batalhão de Palmares.

[...] seu companheiro agredia ela quando embriagado, com soco no olho e até já meteu uma faca na coxa da sua perna esquerda, há anos ela tenta ir a delegacia, sendo que não tem coragem por ter dois filhos pequenos do agressor um de oito anos e um de dois anos.

Nas falas retiradas das fichas de ocorrência da qual teve-se acesso, fica evidente o quanto o colonialismo esta fixado em uma sociedade machista e patriarcal. Por tais mulheres terem uma dependência financeira elas se submetem a sofrer violência física do seu companheiro, pois por muitas vezes seus filhos são pequenos e elas precisam proporcionar moradia e alimentação a estes. Ou seja, apesar do ambiente hostil elas precisam assegurar o básico para sobrevivência dessas crianças, ficando evidente o quanto essa mulher sofre, não encontrando como se posicionar frente a essa situação.

Na maioria das vezes as mulheres violentadas não denunciam pelo mesmo motivo e por não se ter outro local onde se fixarem no retorno da delegacia, tendo que voltar para casa e serem ameaçadas e violentadas novamente.

Os relatos mostram situações corriqueiras e frequentes. Vejamos mais um trecho encontrado nos prontuários: “Certo dia em sua residência inicia uma discursão por motivos banais em que a vítima relatava que o opressor estava lhe traindo, com isso gerou uma repercussão, o seu companheiro lhe agrediu fisicamente e verbalmente.”

Para se chegar no nível de violência física, na maioria das vezes a mulher já tem sofrido a violência psicológica e moral. Nesse movimento, se silenciando e como diz Spivak se subalternizando mediante a situação acometidas, ocorrendo em maior proporção pelos companheiros, quando os mesmos estão embriagados.

A vítima queixa-se que o companheiro ingeriu bebidas alcoólicas o dia inteiro e quando ela pediu para se retirar do local ele não gostou e começou a dizer que a mesma não valia merda e entre outras palavras de baixo calão, mandando ela ir embora. Logo após ficou agressivo, puxou pelos seus cabelos e a agrediu, deixando a vítima com os olhos inchados, o cotovelo do braço esquerdo e o joelho esquerdo feridos.

Com isso várias vítimas acreditam que seus agressores irão mudar ou mesmo se culpabilizam pelo fato ocorrido, mas não levam em conta que nada chega a justificar uma violência seja ela qual for: física, moral, psicológica e diversas outras existentes.

2. Considerações finais:

1. Primeiro constatamos que esta pesquisa merece um aprofundamento. Desta vez, a necessidade de adotar um método que leve em consideração entrevistas semiestruturada e história de vida. Tais abordagem permitem um aprofundamento das questões uma vez que leva em consideração a narrativa das vítimas de violência.
2. Também atingimos nosso objetivo proposto que foi o de Analisar os tipos de violência sofrida pela mulher do campo, na cidade de Palmares. Como percebemos nas denúncias analisadas no Batalhão, elas sofrem violência de natureza psicológica, moral, sexual, corporal e outras.
3. Conseguimos também traçar o perfil socioeconômico e demográfico das mulheres vítimas de violência no município. São subalternas por serem pobres, sem escolaridade, sem instituições protetoras, sem qualquer base de apoio.
4. Finalmente, avançamos na compreensão de que é necessário desenvolver políticas públicas e sociais que possam amparar estas mulheres do campo que residem na Zona da Mata Sul de Pernambuco. E, como iniciativa, pretendemos entregar este relatório à no gabinete pessoal do prefeito da cidade de Palmares no intuito de provocar um diálogo no avanço da emancipação destas mulheres violentadas.
5. Por fim, visamos a publicação deste relatório em formato de artigo científico em revista acadêmica, bem como já se deu o seu compartilhamento na Semana Universitária da Upe, no Campus da Mata Sul, na Unidade de Palmares.